



Importância, Objectivos e Fundamentos da Segurança e Saúde no Trabalho

CONCLUINDO

A SST e a defesa do trabalhador, da comunidade e do meio ambiente

Na promoção da segurança e saúde no trabalho o indivíduo tem um papel ativo e é responsável por gerir a sua ação,

A responsabilidade das organizações para garantir a segurança e saúde dos seus trabalhadores não se pode limitar aos tradicionais exames de vigilância da saúde.

A Organização Mundial de Saúde em 1984 definiu a promoção da saúde, fundamentada no modelo ecológico de saúde, não só como a mera ausência de doença, mas sim como um estado de bem-estar físico, psicológico e social. Definição mais abrangente abarcando todas as dimensões do indivíduo e exige uma intervenção alargada e sistémica.

Toda a atividade profissional está condicionada pelo estado de segurança e saúde dos seus intervenientes. Parece fundamental existir um equilíbrio a nível físico, psíquico e social, para que o trabalhador esteja em condições de desempenhar com qualidade as suas funções e as suas tarefas. Cerca de 50% dos acidentes de trabalho ocorrem com trabalhadores deprimidos, perturbados emocionalmente, preocupados ou receosos (Rolo, 1999).

TÊM QUE EXISTIR

Políticas de recursos humanos voltadas para a promoção da segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores, que integrem programas de assistência aos trabalhadores, campanhas informativas e outras intervenções neste domínio refletem culturas organizacionais que incorporam conceitos e princípios de cidadania empresarial, incentivando os empresários e gestores a boas práticas, à produção de códigos de conduta, de ética ou deontológicos, que valorizam a imagem da empresa ou organização e os seus produtos finais.

Objetivos da SST

As medidas adotadas de promoção da segurança e da saúde em contexto laboral, **contribuem**, sem ser a solução definitiva, para a melhoria da qualidade de vida dentro da organização, aumentando a eficácia e a eficiência no trabalho. Contribuem de igual forma para o aumento da produtividade e da segurança e, de uma maneira geral, melhoram as condições de trabalho. Indiscutivelmente promovem o desenvolvimento dos trabalhadores, bem como a imagem da organização na comunidade onde se insere.

Tornou-se determinante a definição de estratégias com determinados objectivos no que diz respeito à Segurança e Saúde no Trabalho, como definidos na estratégia nacional de SST entre 2008 a 2012:

- ▶ Desenvolver e consolidar uma cultura de prevenção entendida e assimilada pela sociedade;
- ▶ Aperfeiçoar os sistemas de informação no domínio da SST;
- ▶ Incluir nos sistemas de educação e investigação abordagens no âmbito da SST;

- ▶ Dinamizar o Sistema Nacional de Prevenção de Riscos Profissionais;
- ▶ Melhorar a coordenação entre os serviços públicos com competências no domínio da SST;
- ▶ Concretizar, aperfeiçoar e simplificar normas específicas de SST;
- ▶ Implementar o modelo orgânico da ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho);

- ▶ Promover a aplicação efectiva da legislação de SST, em particular nas PME's;
- ▶ Melhorar a qualidade dos serviços de SSt e incrementar competências dos intervenientes;
- ▶ Aprofundar o papel dos parceiros sociais e implicar empregados e trabalhadores na melhoria das condições de trabalho nas empresas.

Doença profissional	Causas	Ocupação profissional
Síndrome do túnel cárpico (Tendinite)	Vibrações/Movimentos repetitivos	Trabalho ao computador/Trabalho com martelo hidráulico
Tensão Cervical	Más posturas/Ergonómicas	Trabalho ao computador/Brunideiras
Fibrose pulmonar	Sílica / Amianto / Carvão	Trabalho com rochas /Mineiros
Asma	Animais/Plantas / Madeiras	Laboratório/ Estufas/ Carpintaria
Perturbações neurológicas	Solventes orgânicos / Pesticidas	Pintura automóvel / Agricultores
<u>Infecções</u> das vias respiratórias	Bacilo de <u>Koch</u>	Profissionais de saúde
Surdez, Hipoacusia	Ruído	Fiação / Tecelagem / Tinturarias
Cardiovasculares	Monóxido de carbono/ Stress	Oficina automóvel / Linhas mecanizadas de produção
Dermatite de <u>contato</u>	Cimento / Níquel / Látex	Construção civil/Cabeleireiro/Técnicos de laboratório

A participação dos Sindicatos na SST, Acordo Económico e Social e Acordo Específico SST, a ação do Conselho Económico e Social

A figura da/o representante dos trabalhadores, nos domínios da SST, reveste-se de extrema importância dado que é uma via e um garante indispensável à aplicação e consagração, na prática, dos direitos das/os trabalhadores legalmente consagrados.

O representante reforça o exercício dos direitos das/os trabalhadores em matéria de SST, nomeadamente os direitos de participação, informação e formação.

Daí que a/o representante tenha de estar devidamente informado para o efeito, desenvolva a participação dos seus colegas de trabalho e seja acompanhado pelo sindicato ou sindicatos aos quais as/os trabalhadores são associados e ou pelos quais estão abrangidos.

Na sequência do Acordo Económico e Social de 1990, subscrito por todos os parceiros sociais, em Julho de 1991, é aprovado um documento histórico no domínio das condições de trabalho em Portugal: O Acordo Específico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Na sequência do Acordo Económico e Social de 1990, subscrito por todos os parceiros sociais, em Julho de 1991, é aprovado um documento histórico no domínio das condições de trabalho em Portugal: O Acordo Específico de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

“promover a humanização das condições em que o trabalho é prestado e a protecção social, de forma a contribuir para melhorar progressivamente e de forma sustentada as condições de vida dos portugueses, num quadro de desenvolvimento da competitividade das empresas, finalidades económico-sociais que se compatibilizam com a modernização da economia nacional”.

Os parceiros sociais decidem, em Fevereiro de 2001, celebrar um Acordo sobre Condições de Trabalho, Segurança e Higiene do Trabalho e Combate à Sinistralidade:

estabelecimento de um plano de intervenção para reduzir os acidentes de trabalho, elaboração de um PNAP – Plano Nacional de Acção para a Prevenção, de execução a médio prazo e várias medidas de reforço do papel dos parceiros sociais, de acompanhamento da legislação sobre organização de serviços e de apoio às empresas através de um programa de adaptação dos serviços de prevenção.